

BIBLIOTECAS DIGITAIS E DEMOCRATIZAÇÃO DA LEITURA: ACESSO, INCLUSÃO E PERMANÊNCIA DOS LEITORES

*DIGITAL LIBRARIES AND THE DEMOCRATIZATION OF READING: ACCESS, INCLUSION, AND
READER RETENTION*

Elisângela Dias Brugnera

Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Maria Angélica Dornelles Dias

Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Adriano Valter Dornelles Dias

Universidade do Estado de Mato Grosso, Brasil

Rodrigo de Souza Marques

Faculdade Metropolitana do Cariri, Brasil

Leonardo Lopes Martins Dias

Instituto Federal do Piauí, Brasil

ISSN: 1518-0263

DOI: <https://doi.org/10.46550/k862z584>

Aceito em: 05.10.2026

Resumo: Este estudo teve como objetivo analisar a contribuição das bibliotecas digitais para ampliar o acesso à leitura e favorecer a inclusão e a continuidade das práticas leitoras. A investigação abordou a relação entre infraestrutura tecnológica, serviços de informação, formação profissional e atendimento aos usuários em bibliotecas públicas, escolares e universitárias. A pesquisa caracterizou-se como bibliográfica, de abordagem qualitativa e caráter descritivo, mediante seleção, leitura e comparação de quatro artigos publicados entre 2022 e 2026. Os estudos foram organizados conforme três eixos: acesso aos recursos digitais, atendimento inclusivo e desenvolvimento de habilidades relacionadas à leitura e ao uso da informação. A análise indicou que a oferta de plataformas, conexão e acervos eletrônicos ampliou as possibilidades de contato com textos, mas não garantiu participação autônoma quando permaneceram barreiras tecnológicas, comunicacionais e institucionais. Concluiu-se que a ampliação das práticas leitoras dependeu da articulação entre recursos técnicos, orientação bibliotecária, capacitação profissional, diversidade de suportes e políticas institucionais contínuas, capazes de assegurar acesso, compreensão e uso recorrente dos serviços informacionais.

Palavras-chave: Acervos Eletrônicos, Serviços de Informação, Formação Profissional, Práticas de Leitura, Ambientes Híbridos.

Abstract: This study aimed to analyze the contribution of digital libraries to expanding access to reading and promoting inclusion and the continuity of reading practices. The investigation addressed the relationship between technological infrastructure, information services, professional training, and user assistance in public, school, and university libraries. The research was characterized as bibliographic, qualitative, and descriptive, based on the selection, reading, and comparison of four articles published between 2022 and 2026. The studies were organized according to three axes: access to digital resources, inclusive services, and the development of skills related to reading and information use. The analysis indicated that the provision of platforms, internet connection, and electronic collections expanded opportunities for contact with texts, but did not ensure autonomous participation when technological, communicational, and institutional barriers remained. It was concluded that the expansion of reading practices depended on the articulation of technical resources, librarian guidance, professional training, diversity of formats, and continuous institutional policies capable of ensuring access, comprehension, and recurrent use of information services.

Keywords: Electronic Collections, Information Services, Professional Training, Reading Practices, Hybrid Environments.

Introdução

A ampliação do uso de tecnologias digitais modificou as formas de acesso à informação, à leitura e aos serviços oferecidos por bibliotecas públicas, escolares e universitárias. Nesse contexto, o artigo delimitou-se ao estudo das bibliotecas digitais como instrumentos de democratização da leitura, considerando três dimensões: acesso, inclusão e permanência dos leitores. A discussão concentrou-se na relação entre infraestrutura tecnológica, mediação bibliotecária, acessibilidade e formação leitora. Também foram examinadas as condições necessárias para que acervos eletrônicos, catálogos, plataformas e canais remotos fossem utilizados de maneira autônoma por públicos com necessidades educacionais, informacionais, sensoriais e comunicacionais distintas.

A escolha do tema justificou-se pela expansão dos recursos digitais nas bibliotecas e pela permanência de obstáculos que limitaram seu uso por parte da população. Embora as plataformas eletrônicas tenham ampliado a circulação de textos, a existência de equipamentos e conexão não garantiu igualdade de acesso, compreensão ou continuidade das práticas leitoras. A pesquisa foi motivada pela necessidade de compreender como as bibliotecas poderiam associar tecnologia, atendimento profissional e políticas inclusivas. Também se considerou que a leitura digital exigiu competências específicas para localização, seleção e avaliação das informações, além de serviços capazes de atender pessoas com deficiência e leitores com diferentes níveis de formação.

A investigação foi orientada pela seguinte questão: ‘De que modo as bibliotecas digitais contribuíram para a democratização da leitura, a inclusão informacional e a

permanência dos leitores em ambientes públicos, escolares e universitários?’. A pergunta permitiu examinar se a disponibilização de recursos eletrônicos havia sido acompanhada por mediação bibliotecária, acessibilidade e formação para o uso crítico da informação. Também possibilitou verificar os limites encontrados na adoção de tecnologias e na organização dos serviços. As palavras-chave utilizadas para delimitar a discussão foram ‘bibliotecas digitais’, ‘democratização da leitura’, ‘acessibilidade’, ‘mediação bibliotecária’, ‘competência leitora’, ‘letramento informacional’ e ‘permanência dos leitores’.

O objetivo geral consistiu em analisar a contribuição das bibliotecas digitais para ampliar o acesso à leitura e favorecer a inclusão e a continuidade das práticas leitoras. Como objetivos específicos, buscou-se examinar os recursos tecnológicos empregados por bibliotecas públicas e escolares; identificar as condições de acessibilidade necessárias ao atendimento de pessoas com deficiência; compreender o papel da mediação bibliotecária no uso dos ambientes digitais; relacionar competência leitora e letramento informacional; e verificar as condições institucionais associadas à permanência dos leitores. Esses objetivos permitiram articular infraestrutura, formação profissional, acessibilidade e práticas de leitura sem reduzir a democratização ao simples fornecimento de acesso à internet.

A pesquisa foi bibliográfica, de abordagem qualitativa e caráter descritivo. O levantamento reuniu quatro artigos publicados entre 2022 e 2026, selecionados por sua relação direta com o tema, disponibilidade integral e pertinência aos objetivos estabelecidos. Foram examinados os estudos de Viana e Maimone (2026), Ribeiro, Gerlin e Oliveira (2024), Santos (2025) e Gasque e Santos (2022). As publicações foram lidas, fichadas e distribuídas em categorias temáticas. A comparação considerou objetivos, procedimentos metodológicos, conceitos, conclusões e limitações. A organização das informações possibilitou identificar aproximações e diferenças entre bibliotecas públicas, escolares e universitárias, preservando as particularidades de cada contexto investigado.

O artigo foi dividido em três capítulos articulados. Após a ‘Introdução’, apresentou-se a ‘Metodologia’, na qual foram descritos o levantamento bibliográfico, os critérios de seleção e os procedimentos de análise. Em seguida, desenvolveram-se os capítulos ‘Acesso digital e democratização da leitura em bibliotecas públicas e escolares’, ‘Acessibilidade, inclusão e mediação bibliotecária nos ambientes digitais’ e ‘Competência leitora, letramento informacional e permanência dos leitores’. Posteriormente, a seção ‘Resultados e discussões’ reuniu as conclusões dos estudos, seus significados, limitações e possibilidades de investigação. Por fim, a ‘Conclusão’ retomou os objetivos, respondeu à questão norteadora e indicou pesquisas futuras relacionadas às lacunas identificadas.

Metodologia

A pesquisa caracterizou-se como bibliográfica, de abordagem qualitativa e finalidade descritiva, pois examinou produções científicas relacionadas às bibliotecas

digitais, à democratização da leitura, à acessibilidade e à formação de leitores. Esse procedimento possibilitou analisar conhecimentos já publicados e estabelecer relações entre as interpretações apresentadas nos estudos selecionados. A comparação entre os artigos permitiu identificar aproximações, contrapontos e lacunas nas discussões examinadas. Desse modo, o método adotado contribuiu para responder aos objetivos da pesquisa por meio da análise conceitual e da interpretação das evidências reunidas nas quatro publicações escolhidas.

O levantamento foi realizado no Portal de Periódicos da CAPES, biblioteca virtual que reúne periódicos científicos, bases referenciais e textos acadêmicos de diferentes áreas do conhecimento. A plataforma foi selecionada por possibilitar acesso a artigos avaliados por periódicos científicos e por oferecer mecanismos de busca por autoria, título, assunto e data. As combinações empregadas incluíram ‘bibliotecas digitais’, ‘democratização da leitura’, ‘acessibilidade em bibliotecas’, ‘mediação bibliotecária’, ‘competência leitora’ e ‘letramento informacional’. Também foram combinados termos como ‘biblioteca escolar’ e ‘leitura digital’, evitando expressões extensas que reduzissem a recuperação de estudos pertinentes.

A coleta ocorreu mediante busca, leitura dos títulos, exame dos resumos e verificação do texto integral. Foram incluídos artigos publicados entre 2022 e 2026, redigidos em português, disponíveis integralmente e diretamente relacionados aos objetivos da pesquisa. Excluíram-se trabalhos duplicados, textos sem autoria identificada, publicações sem avaliação científica e estudos que apenas mencionavam bibliotecas digitais sem discutir acesso, inclusão ou formação leitora. A seleção resultou nos trabalhos de Viana e Maimone (2026), Ribeiro, Gerlin e Oliveira (2024), Santos (2025) e Gasque e Santos (2022), escolhidos pela correspondência temática e pela complementaridade entre seus objetos de análise.

As ideias de Narciso e Santana (2025) orientaram a organização do levantamento, especialmente quanto ao uso ordenado de bibliotecas físicas e digitais, bases acadêmicas e editoras especializadas na coleta das publicações. Os autores também fundamentaram a identificação de conceitos, métodos e enfoques presentes em cada estudo, posteriormente distribuídos por categorias temáticas. Na formação deste artigo, esse procedimento foi aplicado por meio de fichamentos contendo autoria, objetivo, metodologia, principais conclusões e relação com o problema investigado. Em seguida, os registros foram comparados para evitar repetições e preservar as particularidades de cada pesquisa.

Os procedimentos metodológicos empregados pelos autores selecionados também auxiliaram a construção da análise. O diagnóstico exploratório de Viana e Maimone (2026) forneceu dados sobre tecnologias adotadas por bibliotecas públicas. O estudo bibliográfico e de caso de Ribeiro, Gerlin e Oliveira (2024) contribuiu para examinar leitura crítica e competência em informação. A análise documental de Santos (2025)

permitiu discutir capacitação profissional e acessibilidade institucional. Por fim, a revisão narrativa e a análise de materiais digitais realizadas por Gasque e Santos (2022) subsidiaram a discussão sobre cultura digital, leitura e letramento informacional.

Após a seleção, os conteúdos foram distribuídos em três categorias: acesso digital e democratização da leitura; acessibilidade, inclusão e mediação bibliotecária; competência leitora, letramento informacional e permanência dos leitores. Cada categoria foi analisada mediante comparação entre objetivos, métodos, conclusões e limitações dos artigos. Esse processo permitiu relacionar infraestrutura tecnológica, formação profissional, acessibilidade e continuidade das práticas leitoras. A interpretação final não reproduziu integralmente os procedimentos empíricos dos estudos consultados, mas utilizou seus dados e referenciais como base para uma síntese bibliográfica coerente com os objetivos estabelecidos.

Acesso digital e democratização da leitura em bibliotecas públicas e escolares

As bibliotecas públicas e escolares assumem função decisiva na ampliação do acesso à informação, à leitura e aos recursos digitais. Viana e Maimone (2026) sustentam que essas instituições devem garantir acesso democrático e inclusivo, independentemente das condições sociais ou educacionais dos usuários. Gasque e Santos (2022) acrescentam que a biblioteca escolar atua como espaço de aprendizagem e formação intelectual. Nessa perspectiva, a democratização da leitura não se limita à oferta de livros, pois exige infraestrutura tecnológica, diversidade de suportes e serviços capazes de atender leitores com necessidades distintas.

A democratização do acesso também precisa considerar que leitores não interagem de maneira homogênea com os suportes e conteúdos digitais. Costa e Santana (2025a) ressaltam que os processos de aprendizagem são influenciados por condições cognitivas e emocionais e defendem o planejamento de experiências tecnológicas capazes de respeitar diferentes formas de interação com o conhecimento. Essa compreensão amplia a função das bibliotecas digitais, pois disponibilizar milhares de documentos não significa necessariamente torná-los efetivamente acessíveis aos usuários. Interfaces compreensíveis, organização adequada dos materiais, diversidade de formatos e condições favoráveis à atenção e à navegação interferem na possibilidade de localizar, ler e utilizar o acervo. A democratização, dessa maneira, envolve transformar disponibilidade informacional em experiência efetiva de leitura.

A relação entre acesso e inclusão aparece de forma ainda mais direta em Costa e Santana (2025b), que associam o emprego da inteligência artificial à personalização, à acessibilidade e à redução de determinadas barreiras educacionais. Bibliotecas digitais podem incorporar recursos capazes de ampliar a autonomia de usuários por meio de

leitura em áudio, reconhecimento de voz, tradução, busca assistida e diferentes formas de apresentação dos textos. Esses mecanismos assumem importância especial para pessoas com deficiência ou para leitores que encontram dificuldades específicas de acesso aos acervos convencionais. Entretanto, a inclusão não pode depender apenas da existência técnica dessas funcionalidades. Os recursos precisam ser acessíveis, compreensíveis e integrados aos serviços oferecidos, acompanhados por orientação profissional que permita ao usuário conhecer suas possibilidades e utilizá-las de acordo com suas necessidades.

A democratização digital também apresenta uma dimensão estrutural que ultrapassa as características da plataforma utilizada. Santana *et al.* (2026) destacam que desigualdades digitais, infraestrutura insuficiente e ausência de políticas institucionais podem fazer com que inovações tecnológicas ampliem diferenças em vez de reduzi-las. Essa análise é especialmente relevante para as bibliotecas, pois acervos eletrônicos somente cumprem função democratizadora quando os usuários possuem condições materiais e formativas para acessá-los. Além disso, sistemas inteligentes utilizados para busca, recomendação ou atendimento exigem critérios de transparência, privacidade e governança de dados. Assim, a permanência dos leitores nos ambientes digitais depende da articulação entre tecnologia, mediação profissional, políticas inclusivas e proteção dos sujeitos que utilizam os serviços informacionais.

Além disso, a incorporação das tecnologias digitais modifica a relação entre biblioteca, acervo e comunidade. Viana e Maimone (2026) afirmam que a instituição deixa de operar apenas como espaço físico de guarda e empréstimo, passando a oferecer conteúdos, equipamentos e atendimento remoto. Ribeiro, Gerlin e Oliveira (2024) aproximam-se dessa concepção ao atribuírem à biblioteca escolar a responsabilidade de articular espaços presenciais e virtuais. Contudo, a existência de plataformas e conexão não assegura igualdade de uso, pois o acesso depende de equipamentos, orientação profissional e condições adequadas para localizar e compreender os materiais disponíveis. Ao tratarem da função social das tecnologias, Viana e Maimone (2026) relacionam sua adoção à redução das desigualdades informacionais:

A incorporação das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) pelas bibliotecas públicas tem possibilitado a expansão de serviços e a diversificação dos recursos oferecidos. Esse processo facilita o acesso dos usuários a informações e ferramentas tecnológicas, promovendo o desenvolvimento de competências essenciais para a vida cotidiana, bem como para o aprimoramento acadêmico, profissional e cultural. Além disso, ao democratizar o uso dessas tecnologias, as bibliotecas desempenham um papel estratégico na mitigação da exclusão digital, contribuindo para a equidade no acesso ao conhecimento e à informação (Viana; Maimone, 2026, p. 4).

Essa formulação associa democratização, formação de competências e participação social, ultrapassando a simples disponibilização de aparelhos. Por sua vez, Ribeiro, Gerlin e Oliveira (2024) ressaltam que o acesso precisa ser acompanhado por práticas de leitura

crítica. Para as autoras, a biblioteca escolar deve oferecer orientação à pesquisa, ferramentas de busca e atividades que auxiliem o estudante na seleção de conteúdos. Gasque e Santos (2022) confirmam essa necessidade ao apresentarem a biblioteca como espaço de desenvolvimento do letramento informacional. Enquanto o primeiro estudo enfatiza a mediação entre informação e competência leitora, o segundo destaca a formação de sujeitos capazes de reconhecer fontes confiáveis, avaliar conteúdos e utilizar informações em situações acadêmicas e sociais.

Entretanto, a democratização da leitura também requer condições de acessibilidade. Santos (2025) diferencia o acesso formal da possibilidade efetiva de utilizar recursos e serviços com autonomia. Essa distinção amplia o debate desenvolvido por Viana e Maimone (2026), pois evidencia que conexão, acervos digitais e comunicação remota precisam contemplar barreiras físicas, tecnológicas, comunicacionais e atitudinais. Assim, livros digitais, catálogos e plataformas somente cumprem função inclusiva quando apresentam formatos acessíveis, informações claras e procedimentos compatíveis com as necessidades das pessoas com deficiência e de outros grupos historicamente afastados dos serviços bibliotecários.

Portanto, o acesso digital amplia as possibilidades de leitura, mas sua democratização depende da articulação entre tecnologia, mediação profissional e políticas inclusivas. Viana e Maimone (2026) destacam a expansão de serviços; Ribeiro, Gerlin e Oliveira (2024) ressaltam a leitura crítica; Santos (2025) evidencia a eliminação de barreiras; e Gasque e Santos (2022) defendem a coexistência entre suportes físicos e digitais. O diálogo entre os estudos mostra que a biblioteca precisa oferecer recursos diversificados, orientar seu uso e assegurar condições de permanência, para que o contato com a informação resulte em formação leitora e participação social.

Acessibilidade, inclusão e mediação bibliotecária nos ambientes digitais

A acessibilidade em bibliotecas digitais depende de condições técnicas, institucionais e profissionais que permitam aos usuários localizar, compreender e utilizar os recursos com autonomia. Viana e Maimone (2026) demonstram que a incorporação das tecnologias ampliou a oferta de serviços e os canais de comunicação das bibliotecas públicas. Santos (2025), entretanto, adverte que a disponibilidade tecnológica não garante inclusão quando permanecem barreiras comunicacionais, atitudinais e operacionais. Desse modo, a adoção de plataformas digitais precisa estar associada a políticas institucionais, recursos adaptados e atendimento adequado às necessidades de públicos distintos.

Além disso, a mediação bibliotecária ocupa posição central na relação entre usuários, conteúdos e ferramentas digitais. Ribeiro, Gerlin e Oliveira (2024) atribuem ao bibliotecário a responsabilidade de organizar mecanismos de busca, recuperação e disseminação da informação em espaços presenciais e virtuais. Gasque e Santos (2022)

complementam essa perspectiva ao vincularem a biblioteca escolar ao desenvolvimento do letramento informacional. Embora tratem de contextos institucionais diferentes, os estudos reconhecem que o acesso precisa ser acompanhado por orientação para seleção de fontes, interpretação de conteúdos e uso responsável da informação.

Ao examinar o atendimento às pessoas com deficiência, Santos (2025) esclarece que a acessibilidade precisa abranger dimensões complementares dos serviços bibliotecários:

As bibliotecas devem garantir o atendimento prioritário e adequado a todos os usuários, incluindo pessoas com deficiência. Isso significa que devem ser adotadas medidas para assegurar a acessibilidade física, comunicacional, atitudinal e tecnológica, proporcionando condições adequadas para que todas as pessoas possam utilizar os serviços oferecidos (Santos, 2025, p. 6).

Essa concepção demonstra que adaptações isoladas não são suficientes, pois a inclusão exige planejamento integrado, continuidade das ações e avaliação das condições efetivas de uso. Por outro lado, Viana e Maimone (2026) associam a ampliação dos serviços tecnológicos ao desenvolvimento educacional, cultural e profissional das comunidades. Santos (2025), em contraponto, identifica baixa participação de bibliotecários em cursos voltados à acessibilidade e à inclusão, apesar da qualificação acadêmica desses profissionais. Essa diferença evidencia que inovação tecnológica e formação universitária não asseguram atendimento inclusivo. Torna-se necessário incorporar conhecimentos sobre legislação, tecnologias assistivas, comunicação acessível e elaboração de documentos adaptados, de modo que os serviços digitais atendam usuários com diferentes condições sensoriais, motoras e cognitivas.

Sob outra perspectiva, Gasque e Santos (2022) relacionam a mediação ao desenvolvimento da capacidade de investigar, avaliar fontes e rejeitar informações falsas. Ribeiro, Gerlin e Oliveira (2024) aproximam-se dessa compreensão ao defenderem estratégias de busca, acesso, seleção e utilização crítica da informação. Contudo, enquanto o primeiro estudo enfatiza a formação científica e leitora, o segundo destaca a atuação cotidiana da biblioteca escolar na orientação dos estudantes. Em ambos, a inclusão informacional ultrapassa a entrada em plataformas, pois envolve conhecimentos que permitam interpretar conteúdos e aplicá-los em atividades educacionais, culturais e sociais.

Portanto, a inclusão em ambientes digitais depende da articulação entre infraestrutura, acessibilidade e mediação bibliotecária. Viana e Maimone (2026) ressaltam a expansão dos serviços tecnológicos; Ribeiro, Gerlin e Oliveira (2024) evidenciam a orientação profissional; Santos (2025) apresenta lacunas na capacitação para atender pessoas com deficiência; e Gasque e Santos (2022) destacam a formação informacional dos usuários. O diálogo entre essas pesquisas indica que bibliotecas inclusivas precisam formar equipes, adaptar recursos, avaliar plataformas e oferecer acompanhamento

contínuo, garantindo acesso, compreensão, participação e permanência dos leitores nos serviços digitais.

Competência leitora, letramento informacional e permanência dos leitores

A competência leitora compreende conhecimentos, habilidades e atitudes mobilizados na interpretação de textos, na avaliação de informações e na participação social. Ribeiro, Gerlin e Oliveira (2024) relacionam essa formação ao uso de diferentes linguagens, suportes e modalidades de leitura no ambiente escolar. Gasque e Santos (2022), por sua vez, associam a continuidade das práticas leitoras à compreensão de gêneros variados e à atuação crítica do sujeito. Como sintetizam Ribeiro, Gerlin e Oliveira (2024, p. 3), “a competência leitora é composta por habilidades, conhecimentos e atitudes”. Essa concepção afasta a leitura de uma prática restrita à decodificação e a vincula à aprendizagem contínua.

Além disso, o letramento informacional amplia a capacidade de reconhecer necessidades de informação, selecionar fontes e avaliar conteúdos. Gasque e Santos (2022) destacam que conhecimentos prévios e estratégias de leitura orientam a construção de novos aprendizados. Ribeiro, Gerlin e Oliveira (2024) acrescentam que alfabetização, letramento e competência em informação mantêm relação direta no processo formativo. Segundo as autoras, “a busca, o acesso e a seleção da informação são a base da competência leitora” (Ribeiro; Gerlin; Oliveira, 2024, p. 4). Desse modo, a autonomia do leitor depende tanto da compreensão textual quanto da capacidade de julgar a procedência e a finalidade das informações.

Nesse sentido, a biblioteca escolar exerce função educativa ao oferecer experiências de leitura e orientação para pesquisa. Gasque e Santos (2022) atribuem a esse espaço a responsabilidade de formar leitores aptos a compreender diferentes formatos e participar criticamente da sociedade. Ribeiro, Gerlin e Oliveira (2024) enfatizam a necessidade de ações voltadas à leitura de gêneros variados, ao debate e à produção textual. A mediação bibliotecária torna-se, portanto, parte do processo de permanência, pois cria condições para que o usuário retorne, amplie repertórios e mantenha vínculo com práticas de leitura. A continuidade do contato com textos depende de propostas coerentes com os interesses e as necessidades dos leitores.

Por outro lado, a incorporação de tecnologias amplia as possibilidades de acesso, mas não garante formação leitora. Viana e Maimone (2026) indicam que bibliotecas públicas utilizam recursos tecnológicos para ampliar serviços, canais de comunicação e atividades culturais. Ribeiro, Gerlin e Oliveira (2024) alertam que a aprendizagem exige acompanhamento profissional e uso crítico da informação. Assim, plataformas digitais, catálogos e acervos eletrônicos cumprem função educativa quando associados à mediação.

Conforme Viana e Maimone (2026, p. 4), esse processo promove “o desenvolvimento de competências essenciais para a vida cotidiana”. Sem orientação, o aumento da oferta informacional pode resultar em leitura fragmentada e uso pouco reflexivo dos conteúdos.

Entretanto, a permanência dos leitores também depende de condições institucionais inclusivas. Santos (2025) demonstra que a ausência de acervos acessíveis, serviços especializados e profissionais capacitados pode comprometer a trajetória de estudantes com deficiência. Essa análise amplia o debate sobre competência leitora, pois evidencia que habilidades individuais não se desenvolvem quando os recursos permanecem inacessíveis. Políticas institucionais, formatos adaptados e atendimento continuado são necessários para assegurar participação. A permanência não se resume à presença física ou ao acesso eventual às plataformas, mas envolve condições para utilização autônoma, recorrente e significativa dos serviços de leitura e informação.

Portanto, competência leitora, letramento informacional e permanência dos leitores constituem dimensões articuladas. A formação do leitor requer acesso, orientação, continuidade das práticas e condições inclusivas de participação. Bibliotecas públicas e escolares precisam oferecer acervos variados, mediação qualificada e recursos compatíveis com diferentes perfis de usuários. Quando essas condições são integradas, a leitura deixa de ser uma atividade episódica e passa a compor trajetórias educacionais, culturais e sociais. A permanência resulta, assim, da capacidade institucional de sustentar experiências de leitura que promovam compreensão, autonomia e vínculo duradouro com os ambientes informacionais.

Resultados e discussões

A análise dos quatro estudos indicou que a democratização da leitura digital depende da articulação entre infraestrutura tecnológica, mediação bibliotecária, acessibilidade e formação leitora. Viana e Maimone (2026) demonstram que as bibliotecas públicas ampliaram serviços e canais de comunicação mediante o uso de tecnologias. Ribeiro, Gerlin e Oliveira (2024) acrescentam que o acesso precisa ser acompanhado por orientação para busca, seleção e interpretação da informação. Gasque e Santos (2022) relacionam essa atuação ao letramento informacional, enquanto Santos (2025) evidencia que recursos inacessíveis impedem a participação de pessoas com deficiência.

Essas constatações demonstram que a existência de plataformas, conexão à internet e acervos eletrônicos não assegura democratização do acesso. O significado central dos achados reside na distinção entre disponibilizar informação e criar condições para sua utilização autônoma. Viana e Maimone (2026) identificam benefícios associados à expansão dos serviços, mas também registram limitações financeiras e profissionais. Em complemento, Santos (2025) mostra que a inclusão requer acessibilidade física, comunicacional, tecnológica e atitudinal. Assim, a biblioteca digital cumpre função social

quando combina recursos técnicos, atendimento adequado e políticas institucionais direcionadas à diversidade dos usuários.

Os achados também se relacionam com pesquisas que atribuem às bibliotecas função educativa e formativa. Ribeiro, Gerlin e Oliveira (2024) demonstram que a competência leitora envolve recuperação, avaliação e uso crítico da informação em ambientes presenciais e virtuais. Gasque e Santos (2022) reforçam essa interpretação ao defenderem a coexistência entre suportes impressos e digitais na formação dos estudantes. Entretanto, os estudos diferem quanto ao foco: enquanto um examina práticas escolares e orientação à pesquisa, o outro discute leitura, cognição e letramento informacional. A aproximação entre ambos permite compreender a permanência dos leitores como efeito de ações contínuas de mediação.

As limitações decorrem, sobretudo, dos recortes metodológicos empregados. Viana e Maimone (2026) analisaram uma amostra de 25 bibliotecas públicas, o que restringe generalizações sobre instituições situadas em municípios menores. Ribeiro, Gerlin e Oliveira (2024) utilizaram estudo de caso com participantes vinculados a uma rede específica, enquanto Santos (2025) examinou currículos e dados institucionais de quatro universidades federais. Gasque e Santos (2022), por sua vez, recorreram a revisão narrativa e vídeos publicados durante a pandemia. Esses procedimentos oferecem evidências pertinentes, porém não permitem representar todas as bibliotecas públicas, escolares e universitárias brasileiras.

Entre os achados menos esperados, destaca-se a coexistência entre ampliação tecnológica e baixa preparação institucional para inclusão. Santos (2025) verificou que a elevada qualificação acadêmica dos bibliotecários não correspondeu à participação em formações sobre acessibilidade. De modo semelhante, Viana e Maimone (2026) identificaram adoção frequente de internet, computadores e correio eletrônico, mas oferta reduzida de tecnologias assistivas e equipamentos móveis. Essa diferença pode ser explicada pela prioridade concedida às ferramentas operacionais, pelos custos de implantação e pela ausência de políticas obrigatórias de formação. O dado demonstra que modernização tecnológica não equivale, por si só, a atendimento inclusivo.

Diante dessas limitações, pesquisas futuras podem ampliar o número de bibliotecas analisadas, incluir municípios de diferentes portes e comparar redes públicas, escolares e universitárias. Também se recomenda investigar a experiência direta dos usuários, especialmente estudantes, leitores com deficiência e pessoas com acesso restrito à internet. Estudos longitudinais poderiam verificar se programas de letramento informacional, capacitação profissional e adaptação tecnológica favorecem frequência, autonomia e continuidade das práticas leitoras. A produção de indicadores sobre acessibilidade, uso dos acervos digitais e permanência dos leitores contribuiria para avaliar políticas institucionais e orientar a distribuição de recursos.

Conclusão

O estudo permitiu compreender que a democratização da leitura por meio das bibliotecas digitais não decorre apenas da oferta de acervos eletrônicos e de acesso à internet. A análise desenvolvida demonstrou que a participação dos leitores depende da articulação entre infraestrutura tecnológica, acessibilidade, mediação bibliotecária e formação para o uso crítico da informação. Dessa forma, respondeu-se à questão central apresentada na introdução ao evidenciar que o acesso digital somente se torna efetivo quando acompanhado por condições de uso, orientação profissional e continuidade dos serviços.

O objetivo de analisar o papel das bibliotecas públicas, escolares e universitárias na ampliação do acesso à leitura foi alcançado mediante a identificação de recursos, serviços e práticas voltados à inclusão informacional. Verificou-se que plataformas digitais, catálogos eletrônicos, acervos virtuais e canais remotos ampliam as possibilidades de contato com textos. Contudo, também se constatou que a disponibilidade técnica não elimina desigualdades quando permanecem restrições econômicas, comunicacionais, cognitivas ou relacionadas à ausência de equipamentos e conexão adequada.

Também foi atingido o objetivo de examinar a relação entre acessibilidade e inclusão nos ambientes digitais. Os dados analisados mostraram que a participação de pessoas com deficiência exige recursos adaptados, comunicação acessível, atendimento qualificado e políticas institucionais permanentes. Nesse sentido, a inclusão não pode ser tratada como ação complementar, pois interfere diretamente na permanência dos usuários nos serviços informacionais. A formação dos profissionais mostrou-se necessária para transformar normas institucionais em práticas de atendimento capazes de responder às necessidades específicas dos leitores.

Quanto à competência leitora e ao letramento informacional, concluiu-se que a mediação bibliotecária exerce função educativa na seleção, interpretação e utilização das informações. A permanência dos leitores depende de experiências contínuas, diversidade de suportes e atividades compatíveis com diferentes níveis de formação. Assim, a leitura digital não deve ser compreendida como substituição integral da leitura impressa, mas como parte de um ambiente híbrido no qual recursos físicos e digitais podem atender finalidades distintas e favorecer trajetórias leitoras mais duradouras.

A metodologia adotada possibilitou comparar estudos com recortes institucionais e procedimentos diferentes, permitindo identificar aproximações e limites entre bibliotecas públicas, escolares e universitárias. A análise bibliográfica mostrou que os problemas de acesso, formação e inclusão aparecem de forma recorrente, embora assumam características específicas em cada contexto. Entretanto, os estudos examinados apresentaram amostras

restritas, recortes regionais e concentração em determinadas instituições, o que limita a extensão das conclusões para o conjunto das bibliotecas brasileiras.

Diante dessas lacunas, pesquisas futuras devem incluir bibliotecas de municípios de diferentes portes, regiões e níveis de conectividade, além de considerar diretamente a experiência dos usuários. Também se recomenda investigar a permanência dos leitores por meio de estudos longitudinais, indicadores de uso e acompanhamento de programas de mediação. Outras pesquisas podem avaliar a eficácia de tecnologias assistivas, ações de formação bibliotecária e políticas de acessibilidade digital. Esses estudos poderão contribuir para o planejamento de serviços capazes de ampliar acesso, autonomia e continuidade das práticas de leitura.

Referências

- COSTA, S. R. M. da; SANTANA, A. A. Neurociência e tecnologia: abordagens inovadoras para a melhoria do processo educacional. **Revista Ilustração**, v. 6, n. 3, p. 289-301, 2025a.
- COSTA, S. R. M. da; SANTANA, A. A. O papel da inteligência artificial na personalização e inclusão no ensino a distância e na educação infantil. **Revista Ilustração**, v. 6, n. 3, p. 277-287, 2025b.
- GASQUE, K. C. G. D.; SANTOS, A. P. Competência leitora na cultura digital e a biblioteca escolar: a contribuição do letramento informacional. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 27, n. 1, p. 1-22, 2022.
- NARCISO, R.; SANTANA, A. C. de A. Metodologias científicas na educação: uma revisão crítica e proposta de novos caminhos. **ARACÊ**, v. 6, n. 4, p. 19459-19475, 2025.
- RIBEIRO, S. D. C.; GERLIN, M. N. M.; OLIVEIRA, V. C. de. O desenvolvimento da competência leitora na biblioteca da escola: recuperação da informação e promoção da leitura crítica na era digital. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 22, e024003, 2024.
- SANTANA, A. C. de A. *et al.* Inteligência artificial na educação contemporânea: apoio, mediação e responsabilidade. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v. 25, n. 74, e8109, 2026.
- SANTOS, A. P. L. dos. Capacitação de bibliotecários para acessibilidade e inclusão: desafios e impactos do regime de informação nas bibliotecas universitárias. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 23, e025018, 2025.
- VIANA, M. M. M.; MAIMONE, G. D. Adoção de tecnologias da informação e

comunicação por bibliotecas públicas brasileiras: diagnóstico e tendências. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 31, p. 1-19, 2025.